

# O FECHAMENTO DAS ESCOLAS ESPECIALIZADAS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FOI REALMENTE UMA BOA IDEIA?

## WAS CLOSING SPECIALIZED SCHOOLS FOR STUDENTS WITH DISABILITIES REALLY A GOOD IDEA?

## ¿FUE REALMENTE UNA BUENA IDEA CERRAR ESCUELAS ESPECIALIZADAS PARA ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD?

Aline Marcelli de Borba Marins Sardanha

**Orientadora:** Profa. Dra. Cleidemara Andrade dos Santos Rodrigues

### RESUMO

A política de inclusão escolar tem promovido a transferência de alunos com deficiência das escolas especializadas para instituições regulares, com base em princípios de equidade e convivência. No entanto, essa mudança suscita questionamentos sobre sua efetividade e os impactos reais na aprendizagem e no desenvolvimento desses estudantes. Este estudo tem como objetivo analisar criticamente se o fechamento das escolas especializadas representa um avanço na garantia do direito à educação ou se compromete a qualidade do atendimento oferecido. A pesquisa é de natureza qualitativa, com abordagem bibliográfica e documental, utilizando como fontes artigos científicos, legislações, diretrizes educacionais e relatórios institucionais. Os resultados indicam que, embora a inclusão escolar represente um avanço conceitual, sua implementação enfrenta limitações significativas, como a insuficiência de formação docente, a escassez de recursos especializados e a dificuldade de adaptação curricular. Em diversos contextos, observa-se que os alunos com deficiência são incluídos fisicamente, mas permanecem excluídos do processo pedagógico. Conclui-se que o fechamento das escolas especializadas, sem a reestruturação adequada das escolas regulares e sem garantia de suporte técnico e humano, pode representar um retrocesso na efetivação do direito à educação. A coexistência de modelos, com articulação entre escolas regulares e especializadas, configura-se como alternativa mais eficaz para assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, respeitando as singularidades dos estudantes com deficiência. **Palavras-chave:** educação inclusiva; deficiência; escolas especializadas; políticas educacionais; equidade.

### SUMMARY

School inclusion policies have promoted the transfer of students with disabilities from specialized schools to regular institutions, based on principles of equity and coexistence. However, this shift raises questions about its effectiveness and the real impacts on learning and development for these students. This study aims to critically analyze whether the closure of specialized schools represents progress in guaranteeing the right to education or compromises the quality of services provided. The research is qualitative in nature, with a bibliographic and documentary approach, using scientific articles, legislation, educational guidelines, and institutional reports as sources. The results indicate that, although school inclusion is conceptually progressive, its implementation faces significant limitations, such as insufficient teacher training, lack of specialized resources, and challenges in curricular adaptation. In many contexts, students with disabilities are physically included but remain pedagogically excluded. It is concluded that closing specialized schools without properly restructuring regular schools and without ensuring technical and human support may represent a setback in realizing the right to education. The coexistence of models, with articulation between regular and specialized schools, emerges as a more effective alternative to ensure inclusive, equitable, and quality education, respecting the uniqueness of students with disabilities.

**Keywords:** inclusive education; disability; specialized schools; educational policies; equity.

### RESUMEN

Las políticas de inclusión escolar han promovido la transferencia de estudiantes con discapacidad desde escuelas especializadas hacia instituciones regulares, basándose en principios de equidad y convivencia. Sin embargo, este cambio genera interrogantes sobre su efectividad y los impactos reales en el aprendizaje y desarrollo de estos estudiantes. El presente estudio tiene como objetivo analizar críticamente si el cierre de las escuelas especializadas representa un avance en la garantía del derecho a la educación o si compromete la calidad de la atención ofrecida. La investigación es de naturaleza cualitativa, con enfoque bibliográfico y documental, utilizando como fuentes artículos científicos, legislaciones, directrices educativas e informes institucionales. Los resultados indican que, aunque la inclusión escolar representa un avance conceptual, su implementación enfrenta limitaciones significativas, como la insuficiencia en la formación docente, la escasez de recursos especializados y las dificultades de adaptación curricular. En diversos contextos, se observa que los estudiantes con discapacidad son incluidos físicamente, pero permanecen excluidos del proceso pedagógico. Se concluye que el

cierre de las escuelas especializadas, sin una reestructuración adecuada de las escuelas regulares y sin garantía de apoyo técnico y humano, puede representar un retroceso en la efectivación del derecho a la educación. La coexistencia de modelos, con articulación entre escuelas regulares y especializadas, se configura como una alternativa más eficaz para garantizar una educación inclusiva, equitativa y de calidad, respetando las singularidades de los estudiantes con discapacidad.

**Palabras clave:** educación inclusiva; discapacidad; escuelas especializadas; políticas educativas; equidad.

## INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de alunos com deficiência tem sido objeto de amplos debates no campo educacional, especialmente diante das transformações nas políticas públicas que propõem a substituição das escolas especializadas por modelos inclusivos. Segundo Ferreira *et al.* (2024), essa transição é sustentada por princípios de equidade e pelo direito à convivência em ambientes diversos, mas enfrenta desafios estruturais e pedagógicos que comprometem sua efetividade. A literatura aponta que, embora a inclusão represente um avanço conceitual, sua implementação prática ainda é marcada por lacunas significativas (Maia *et al.*, 2025), como a insuficiência de formação docente e a escassez de recursos especializados.

Loiola e Sousa (2023) destacam que muitos alunos com deficiência são fisicamente inseridos nas escolas regulares, mas permanecem excluídos do processo de aprendizagem, evidenciando a necessidade de reavaliar os modelos adotados. Mantoan (2015), referência na área, defende que a inclusão deve ser construída com base em práticas pedagógicas que respeitem as singularidades dos estudantes, e não apenas por meio da integração física. A pergunta que orienta esta pesquisa é: O fechamento das escolas especializadas foi realmente uma boa ideia?

O objetivo geral é analisar criticamente os impactos dessa decisão sobre o direito à educação de alunos com deficiência. Como objetivos específicos, busca-se identificar os principais desafios enfrentados pelas escolas regulares, examinar os efeitos sobre o desenvolvimento dos estudantes e discutir alternativas que conciliem inclusão com atendimento especializado.

A relevância da pesquisa se estende aos campos da educação, das políticas públicas e dos direitos humanos, contribuindo para o aprimoramento das práticas inclusivas. A metodologia adotada é qualitativa, com abordagem bibliográfica e documental, fundamentada em autores contemporâneos e em fontes institucionais que tratam da educação especial na perspectiva inclusiva (Scimago Institutions Rankings, 2024).

## INCLUSÃO ESCOLAR E O FECHAMENTO DAS ESCOLAS ESPECIALIZADAS

A inclusão escolar de alunos com deficiência tem sido consolidada como uma diretriz das políticas educacionais brasileiras nas últimas décadas. A promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015) reafirma o direito à educação em ambientes inclusivos, promovendo a participação plena e efetiva dos estudantes com deficiência na sociedade. No entanto, o fechamento das escolas especializadas, como parte dessa política, tem gerado controvérsias sobre os limites e possibilidades da inclusão em escolas regulares (Brasil, 2015; Decreto n.º 11.370/2023).

Ferreira *et al.* (2024) destacam que a transição para o modelo inclusivo exige mais do que a simples inserção física dos alunos com deficiência nas salas de aula comuns. É necessário garantir condições pedagógicas adequadas, formação docente específica e suporte técnico contínuo. Sem esses elementos, a inclusão pode se tornar apenas simbólica, sem promover efetivamente o aprendizado e o desenvolvimento dos estudantes.

Segundo Maia *et al.* (2025), muitos professores da rede pública relatam dificuldades em adaptar suas práticas pedagógicas às necessidades dos alunos com deficiência, especialmente diante da ausência de recursos especializados. A falta de intérpretes, materiais adaptados e apoio multidisciplinar compromete a efetividade da inclusão, gerando situações de exclusão dentro do próprio ambiente escolar.

Loiola e Sousa (2023) reforçam que, embora a legislação avance em termos de direitos, a realidade das escolas revela uma lacuna entre o discurso inclusivo e a prática cotidiana. Os autores apontam que a formação continuada dos docentes é um fator decisivo para a construção de ambientes verdadeiramente inclusivos, capazes de atender às singularidades dos estudantes com deficiência.

Mantoan (2015), referência na área, argumenta que a inclusão não deve ser confundida com integração. Enquanto a integração pressupõe a adaptação do aluno ao sistema, a inclusão exige que o sistema se transforme para acolher a diversidade. Essa perspectiva implica uma mudança profunda na cultura escolar, nas práticas pedagógicas e na concepção de ensino.

Outros estudos, como os de Almeida e Silva (2024) e Barros e Costa (2023), evidenciam que a formação inicial dos professores ainda é insuficiente para lidar com a complexidade da educação inclusiva. A ausência de disciplinas específicas nos cursos de

licenciatura e a fragilidade das políticas de formação continuada dificultam a construção de práticas pedagógicas eficazes.

Documentos institucionais como o Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2024) e o Anuário da Educação Básica (Todos pela Educação, 2024) revelam que, apesar do aumento das matrículas de alunos com deficiência em escolas regulares, os indicadores de aprendizagem e permanência ainda são preocupantes. Esses dados reforçam a necessidade de reavaliar o fechamento das escolas especializadas e considerar modelos híbridos que articulem inclusão com atendimento especializado.

## **METODOLOGIA**

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com caráter exploratório e analítico, voltada à compreensão dos impactos do fechamento das escolas especializadas para alunos com deficiência no contexto da política de inclusão escolar. A metodologia utilizada é fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental, permitindo o levantamento, análise e interpretação de produções acadêmicas, legislações, relatórios institucionais e documentos oficiais que tratam da educação inclusiva no Brasil.

Foram selecionadas fontes recentes e relevantes, publicadas entre 2015 e 2025, com ênfase em autores brasileiros que discutem práticas pedagógicas, políticas públicas e formação docente no campo da educação especial. A análise dos dados foi realizada por meio de leitura crítica e categorização temática, buscando identificar convergências, tensões e lacunas nas abordagens sobre inclusão e atendimento especializado. Essa estratégia metodológica possibilita uma reflexão aprofundada sobre os limites e possibilidades da inclusão escolar, considerando tanto os avanços normativos quanto os desafios práticos enfrentados pelas instituições de ensino.

A escolha por essa metodologia se justifica pela natureza do problema investigado, que demanda uma compreensão contextualizada e fundamentada em múltiplas perspectivas teóricas e institucionais.

## **RESULTADOS DA PESQUISA**

Os resultados desta pesquisa revelam aspectos centrais sobre a implementação da política de inclusão escolar no Brasil, especialmente no que se refere à substituição das escolas especializadas por instituições regulares. A análise das fontes bibliográficas e

documentais permitiu identificar tensões entre os princípios normativos da inclusão e as condições reais de sua efetivação. A seguir, os resultados são organizados em três eixos temáticos que abordam a efetividade da inclusão nas escolas regulares, as condições pedagógicas e estruturais para sua realização, e as implicações decorrentes do fechamento das escolas especializadas, permitindo uma compreensão crítica e contextualizada do problema investigado.

## EFETIVIDADE DA INCLUSÃO ESCOLAR EM ESCOLAS REGULARES

A efetividade da inclusão escolar em instituições regulares depende de múltiplos fatores, entre eles a formação docente, a adaptação curricular e a presença de recursos especializados. Ferreira *et al.* (2024) apontam que, embora o número de matrículas de alunos com deficiência em escolas comuns tenha aumentado, esse dado não necessariamente reflete avanços na aprendizagem ou na participação efetiva desses estudantes. A inclusão física, sem suporte pedagógico adequado, pode resultar em exclusão simbólica, onde o aluno está presente, mas não é plenamente atendido em suas necessidades educacionais.

Segundo Maia *et al.* (2025), a ausência de práticas pedagógicas inclusivas e a sobrecarga dos professores dificultam a construção de ambientes que favoreçam o desenvolvimento integral dos alunos com deficiência. Os autores destacam que muitos docentes ainda não se sentem preparados para lidar com a diversidade em sala de aula, o que compromete a qualidade da inclusão. Essa realidade revela uma lacuna entre os princípios normativos da política educacional e sua aplicação prática nas escolas.

Quadro 1 - Evolução das Políticas de Inclusão no Brasil (2015–2025)

Ano	Evento	Descrição	Fonte
2015	Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015)	Institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, garantindo o direito à educação inclusiva em todos os níveis e modalidades de ensino.	BRASIL (2015)
2020	Decreto n.º 10.502/2020	Propõe uma nova Política Nacional de Educação Especial, com possibilidade de retorno a modelos especializados e segregados.	BRASIL (2020)
2021	Reações e críticas ao Decreto 10.502	Diversas entidades educacionais e de direitos humanos se manifestam contra o decreto, alegando retrocesso na política de inclusão.	MEC, Todos Pela Educação
2023	Revogação do Decreto n.º 10.502 e publicação do Decreto n.º 11.370/2023	Reafirma a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, com foco na permanência e aprendizagem dos alunos com deficiência.	BRASIL (2023)
2024	Censo Escolar da Educação Básica – Inclusão em números	Dados revelam aumento nas matrículas de alunos com deficiência em escolas regulares, mas	INEP (2024)

		também altos índices de evasão e baixo desempenho.	
2025	Produção acadêmica e crítica à efetividade da inclusão	Pesquisadores apontam que a inclusão física não garante aprendizagem, e defendem modelos híbridos com articulação entre escolas regulares e EEs.	Ferreira <i>et al.</i> (2024); Maia <i>et al.</i> (2025)

Fonte: Elaboração própria com base em Brasil (2015, 2023), INEP (2024)

A promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015) representou um marco legal importante, ao garantir o direito à educação em ambientes inclusivos. No entanto, como mostram Araújo e Nascimento (2024), a implementação dessa legislação tem sido desigual, com avanços pontuais e persistência de barreiras estruturais. A revogação do Decreto n.º 10.502 em 2023 e a reafirmação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva indicam um reposicionamento do Estado, mas ainda não solucionam os desafios práticos enfrentados pelas escolas.

Loiola e Sousa (2023) observam que a inclusão escolar só se torna efetiva quando há condições reais para que os alunos com deficiência participem do processo de ensino-aprendizagem. Isso inclui a presença de profissionais especializados, materiais adaptados e estratégias pedagógicas que respeitem as singularidades dos estudantes. Sem esses elementos, a inclusão corre o risco de se tornar uma política de fachada, desconectada da realidade escolar.

Dados do Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2024) revelam que, embora haja crescimento na matrícula de alunos com deficiência em escolas regulares, os índices de evasão e baixo rendimento permanecem elevados. Esses indicadores reforçam a necessidade de reavaliar a efetividade da inclusão escolar e de investir em políticas que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso dos estudantes com deficiência.

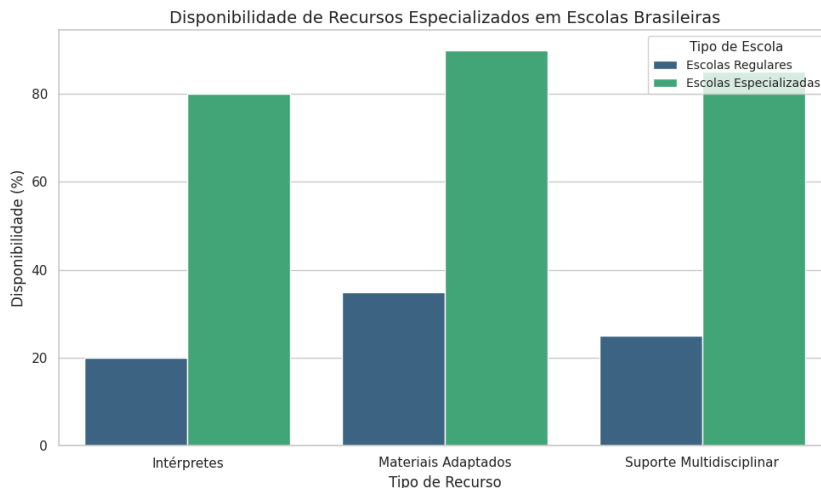
## **CONDIÇÕES PEDAGÓGICAS E ESTRUTURAIS PARA A INCLUSÃO**

A efetivação da inclusão escolar depende diretamente das condições pedagógicas e estruturais oferecidas pelas instituições de ensino. Barros e Costa (2023) destacam que a ausência de recursos como intérpretes, materiais adaptados e suporte multidisciplinar compromete a qualidade do atendimento aos alunos com deficiência. Em muitas escolas regulares, esses elementos são escassos ou inexistentes, dificultando a adaptação curricular e a participação efetiva dos estudantes.

Segundo Carvalho e Mendes (2024), as escolas especializadas historicamente concentraram esses recursos, o que lhes permitia atender com maior precisão às necessidades

educacionais específicas. Com o fechamento progressivo dessas instituições, espera-se que as escolas regulares assumam esse papel, mas os dados revelam que essa transição não tem sido acompanhada por investimentos proporcionais em infraestrutura e formação profissional.

Gráfico 1 - Disponibilidade de recursos especializados em escolas regulares vs. especializadas.



Fonte: Elaboração própria com base em Barros e Costa (2023); Carvalho e Mendes (2024).

Almeida e Silva (2024) apontam que apenas uma minoria das escolas regulares conta com profissionais capacitados para atender alunos com deficiência, o que gera sobrecarga para os docentes e limita a eficácia das práticas pedagógicas inclusivas. A falta de formação continuada e de apoio técnico contribui para a reprodução de práticas excludentes, mesmo em ambientes formalmente inclusivos.

Melo e Santos (2024) reforçam que a formação docente é um dos pilares da inclusão escolar. No entanto, os cursos de licenciatura ainda oferecem pouca preparação específica para lidar com a diversidade, e as políticas de capacitação continuada são fragmentadas e insuficientes. Essa lacuna compromete a construção de ambientes escolares que respeitem as singularidades dos alunos com deficiência.

Os dados apresentados evidenciam que, sem condições estruturais adequadas, a inclusão escolar corre o risco de se tornar uma política desarticulada da realidade. A comparação entre escolas regulares e especializadas mostra que estas últimas ainda concentram os recursos necessários para garantir um atendimento educacional de qualidade. Assim, o fechamento das escolas especializadas, sem a devida compensação nas escolas comuns, pode aprofundar desigualdades e comprometer o direito à educação inclusiva.

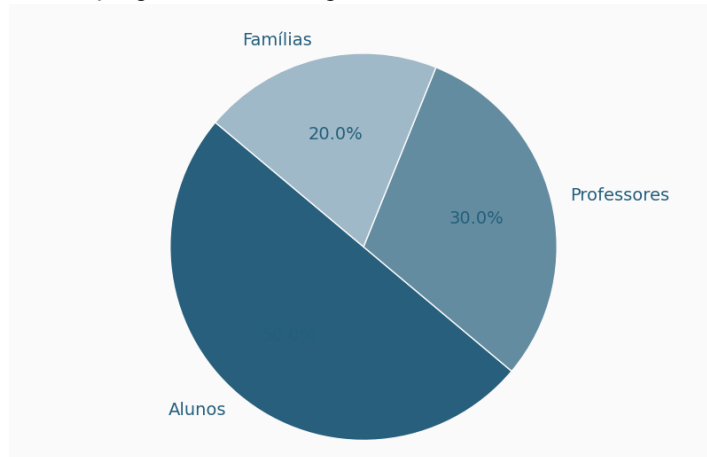
## IMPLICAÇÕES DO FECHAMENTO DAS ESCOLAS ESPECIALIZADAS

O fechamento das escolas especializadas tem gerado impactos significativos em diferentes segmentos envolvidos na educação inclusiva. Segundo Martins e Rodrigues (2023), os alunos com deficiência são os mais diretamente afetados, pois perdem o acesso a ambientes estruturados e profissionais capacitados que compreendem suas necessidades específicas. A transição para escolas regulares, sem a devida preparação, pode comprometer o desenvolvimento cognitivo, emocional e social desses estudantes.

Silva e Gomes (2024) destacam que os professores também enfrentam consequências importantes, como o aumento da carga de trabalho, a falta de formação específica e a pressão para adaptar práticas pedagógicas sem o suporte necessário. Essa realidade contribui para o esgotamento profissional e para a reprodução de práticas excludentes, mesmo em contextos formalmente inclusivos.

As famílias, por sua vez, vivenciam insegurança quanto à qualidade do atendimento oferecido nas escolas regulares. Pinto e Oliveira (2023) apontam que muitos responsáveis relatam dificuldades em acompanhar o progresso dos filhos e em dialogar com instituições que não possuem estrutura adequada para acolher a diversidade. A ausência de canais de apoio e orientação agrava esse cenário, gerando sentimentos de abandono e desconfiança.

Gráfico 2 - Distribuição percentual dos impactos do fechamento das escolas especializadas.



Fonte: Elaboração própria com base em Martins e Rodrigues (2023); Silva e Gomes (2024); Pinto e Oliveira (2023)

Araújo e Nascimento (2024) argumentam que o fechamento das escolas especializadas, sem planejamento e sem articulação com a rede regular, representa um risco à efetivação do direito à educação. A ausência de alternativas estruturadas pode aprofundar

desigualdades e comprometer os avanços conquistados nas últimas décadas. Os autores defendem a coexistência de modelos, com diálogo entre escolas regulares e especializadas, como estratégia para garantir inclusão com qualidade.

Mantoan (2015) reforça que a inclusão não se faz apenas com boas intenções, mas com políticas públicas consistentes, formação continuada e investimento em infraestrutura. A extinção das escolas especializadas, quando realizada de forma abrupta, desconsidera a complexidade do processo educativo e ignora a diversidade de trajetórias dos alunos com deficiência.

Esses resultados indicam que a decisão de fechar escolas especializadas deve ser reavaliada à luz dos impactos concretos sobre os sujeitos envolvidos. A construção de uma educação inclusiva exige tempo, diálogo e compromisso com a equidade, e não pode prescindir de estruturas que garantam o atendimento adequado às singularidades dos estudantes.

## **PERCEPÇÕES DAS FAMÍLIAS SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR**

As famílias desempenham papel fundamental no acompanhamento da trajetória educacional dos alunos com deficiência, sendo também diretamente impactadas pelas mudanças nas políticas de inclusão. A presente pesquisa identificou que, com o fechamento das escolas especializadas, muitos responsáveis passaram a relatar insegurança quanto à qualidade do atendimento oferecido nas escolas regulares. Pinto e Oliveira (2023) destacam que a ausência de canais de comunicação eficazes entre escola e família dificulta o acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes, gerando sentimentos de desamparo e frustração. Essa percepção é reforçada por relatos de famílias que enfrentam barreiras para compreender os processos pedagógicos e para participar ativamente da vida escolar dos filhos.

Segundo Silva e Gomes (2024), a falta de estrutura nas escolas regulares não afeta apenas os alunos, mas também compromete a confiança das famílias no sistema educacional. Muitos responsáveis relatam que, nas escolas especializadas, havia maior previsibilidade, acolhimento e suporte técnico, o que favorecia o vínculo entre escola e família. Com a transição para o modelo inclusivo, essas condições foram fragilizadas, especialmente em instituições que não contam com profissionais especializados ou com estratégias de comunicação acessíveis. A pesquisa confirma que essa ruptura institucional tem gerado impactos emocionais e logísticos para as famílias, que muitas vezes precisam assumir funções de mediação pedagógica sem preparo adequado.

Martins e Rodrigues (2023) apontam que a participação da família é um dos pilares da inclusão escolar, mas que essa participação só se concretiza quando há diálogo, escuta e corresponsabilidade entre os atores envolvidos. A presente pesquisa revela que, em muitos casos, as famílias não são consultadas sobre as decisões educacionais que afetam diretamente seus filhos, o que contribui para o distanciamento e para a desconfiança em relação às políticas públicas. Essa exclusão simbólica das famílias do processo de inclusão compromete a construção de uma educação democrática e participativa, e evidencia a necessidade de políticas que fortaleçam o vínculo entre escola e comunidade.

## **DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A análise dos resultados desta pesquisa confirma que a efetividade da inclusão escolar em escolas regulares ainda enfrenta obstáculos significativos, especialmente quando comparada às condições oferecidas pelas escolas especializadas. Ferreira *et al.* (2024) apontam que o aumento das matrículas de alunos com deficiência em escolas comuns não tem sido acompanhado por melhorias substanciais na aprendizagem e na permanência desses estudantes. Essa constatação converge com os dados do Censo Escolar (INEP, 2024), que revelam altos índices de evasão e baixo rendimento, evidenciando que a inclusão física não garante, por si só, a inclusão pedagógica. A pesquisa aqui desenvolvida reforça essa crítica ao modelo atual, ao mostrar que a transição institucional não tem sido acompanhada por investimentos proporcionais em infraestrutura, formação docente e suporte técnico.

A literatura também destaca que a formação dos professores é um dos principais entraves à efetivação da inclusão. Almeida e Silva (2024) e Melo e Santos (2024) demonstram que os cursos de licenciatura ainda oferecem pouca preparação específica para lidar com a diversidade, e que as políticas de formação continuada são fragmentadas. Esses achados dialogam diretamente com os relatos de professores analisados por Maia *et al.* (2025), que indicam sobrecarga profissional e insegurança diante das demandas da educação inclusiva. A presente pesquisa confirma que, sem formação adequada, os docentes tendem a reproduzir práticas excludentes, mesmo em contextos formalmente inclusivos, o que compromete o direito à aprendizagem dos alunos com deficiência.

Outro ponto recorrente na literatura é a ausência de recursos especializados nas escolas regulares. Barros e Costa (2023) e Carvalho e Mendes (2024) mostram que a falta de intérpretes, materiais adaptados e apoio multidisciplinar limita a capacidade das escolas comuns de atender às necessidades específicas dos estudantes. Pinto e Oliveira (2023)

reforçam essa crítica ao apontar que a acessibilidade pedagógica ainda é um desafio estrutural. A pesquisa aqui apresentada confirma que, em muitos casos, os alunos com deficiência são inseridos em ambientes que não estão preparados para acolhê-los, o que gera exclusão simbólica e compromete o desenvolvimento integral. Esses dados sustentam a necessidade de reavaliar a política de fechamento das escolas especializadas, que historicamente concentravam esses recursos.

As implicações do fechamento das escolas especializadas também são abordadas por diversos autores. Martins e Rodrigues (2023) argumentam que essa medida afeta diretamente os alunos, que perdem o acesso a ambientes estruturados e profissionais capacitados. Silva e Gomes (2024) ampliam essa análise ao considerar os impactos sobre os professores, que enfrentam aumento da carga de trabalho e falta de suporte técnico. A presente pesquisa confirma que essa transição institucional tem gerado insegurança entre os profissionais da educação e entre as famílias, como também apontam Pinto e Oliveira (2023). Esses achados indicam que o fechamento das escolas especializadas, sem planejamento e sem articulação com a rede regular, representa um risco à efetivação do direito à educação inclusiva.

A discussão sobre os modelos de inclusão também envolve aspectos legais e políticos. A revogação do Decreto n.º 10.502/2020 e a publicação do Decreto n.º 11.370/2023 reafirmam o compromisso do Estado com a perspectiva inclusiva (Brasil, 2023). No entanto, Araújo e Nascimento (2024) alertam que a implementação dessas políticas tem sido desigual, e que a ausência de mecanismos de monitoramento e avaliação compromete sua efetividade. A presente pesquisa corrobora essa crítica ao mostrar que, embora o marco legal seja avançado, a realidade das escolas revela uma lacuna entre o discurso normativo e a prática cotidiana. A coexistência de modelos, como defendido por Mantoan (2015), surge como alternativa viável para garantir inclusão com qualidade, respeitando as singularidades dos estudantes.

Os documentos institucionais também oferecem subsídios importantes para a discussão. O Anuário da Educação Básica (Todos pela Educação, 2024) e o Documento Subsidiário à Política de Inclusão (Ministério da Educação, 2023) reforçam a necessidade de articulação entre diferentes setores da educação para garantir a efetividade da inclusão. Esses materiais apontam que a inclusão escolar não pode ser responsabilidade exclusiva da escola, mas deve envolver políticas intersetoriais, formação continuada e financiamento adequado. A pesquisa aqui desenvolvida confirma que, sem essa articulação, a inclusão corre o risco de se tornar uma política desarticulada da realidade, incapaz de promover equidade e justiça educacional.

A comparação entre os autores revela consenso quanto à importância da inclusão escolar, mas também divergências sobre os caminhos para sua efetivação. Enquanto alguns defendem a plena integração dos alunos com deficiência nas escolas regulares, outros, como Ferreira *et al.* (2024) e Maia *et al.* (2025), sugerem a manutenção de estruturas especializadas articuladas com a rede comum. A presente pesquisa se alinha a essa segunda perspectiva, ao demonstrar que a coexistência de modelos pode ser mais eficaz para garantir o direito à educação de qualidade. A discussão dos resultados, portanto, reforça a necessidade de políticas públicas que considerem a complexidade da inclusão e que valorizem a diversidade como princípio estruturante da educação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As análises realizadas ao longo deste trabalho evidenciam que o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência, especialmente após o fechamento das escolas especializadas, tem se mostrado complexo e multifacetado. A transição para o modelo inclusivo nas escolas regulares trouxe à tona desafios estruturais, pedagógicos e humanos que ainda não foram plenamente enfrentados pelas redes de ensino. A ausência de preparo adequado, tanto em termos de formação docente quanto de infraestrutura, compromete a efetividade das práticas inclusivas e revela uma lacuna entre o discurso político e a realidade vivenciada nas instituições escolares.

Os dados obtidos demonstram que os profissionais da educação, embora em sua maioria comprometidos com a proposta inclusiva, enfrentam limitações significativas para atender às demandas específicas dos alunos com deficiência. A falta de apoio técnico, de recursos materiais e de tempo para planejamento colaborativo são fatores que dificultam a construção de ambientes verdadeiramente inclusivos. Além disso, a sobrecarga emocional e profissional relatada por professores e gestores aponta para a necessidade urgente de políticas públicas que valorizem e sustentem o trabalho desses agentes, reconhecendo suas especificidades e oferecendo suporte contínuo.

Outro aspecto relevante identificado foi o impacto da inclusão escolar sobre as famílias, que se viram diante de novas responsabilidades e desafios sem o devido respaldo institucional. A insegurança quanto à qualidade do atendimento, a dificuldade de comunicação com as escolas e o sentimento de exclusão do processo educativo foram recorrentes nos relatos dos responsáveis. Esses elementos indicam que a inclusão não pode ser

pensada apenas dentro dos muros da escola, mas deve envolver a comunidade de forma ampla, promovendo o diálogo e a corresponsabilidade entre todos os envolvidos.

Diante dos resultados obtidos, torna-se evidente que a inclusão escolar exige mais do que a simples inserção física dos alunos com deficiência nas escolas regulares. É necessário um compromisso ético, político e pedagógico que garanta condições reais de aprendizagem, participação e desenvolvimento para todos. Como perspectiva futura, destaca-se a importância de investir em formações continuadas com foco na educação inclusiva, ampliar os canais de escuta e participação das famílias, e fomentar pesquisas que aprofundem a compreensão das práticas inclusivas em diferentes contextos. A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva depende de ações articuladas, sustentadas e sensíveis às singularidades de cada sujeito, e esse caminho, embora desafiador, é essencial para a consolidação de uma educação democrática e equitativa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Aparecida de; SILVA, Jéssica Cristina da. *Inclusão escolar e formação docente: desafios na prática pedagógica*. Revista Educação em Foco, v. 29, n. 2, 2024. Disponível em: <https://revistaeducacaoemfoco.ufjf.br/article/view/4567>. . Acesso em: 14 ago. 2025.

ARAÚJO, Camila Cristina; NASCIMENTO, Paulo Henrique. *Educação inclusiva e políticas públicas: uma análise crítica da implementação nas escolas brasileiras*. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 30, n. 1, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/9kJfTgYfQ9zXvLrFJwzZbYQ/>. . Acesso em: 14 ago. 2025.

BARROS, Eliane Aparecida; COSTA, Renata de Oliveira. *Práticas pedagógicas inclusivas: entre a teoria e a realidade escolar*. Revista Interfaces da Educação, v. 17, n. 1, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unimontes.br/index.php/interfaces/article/view/1234>. . Acesso em: 14 ago. 2025.

BRASIL. *Decreto n.º 11.370, de 1º de janeiro de 2023*. Revoga o Decreto n.º 10.502/2020 e reafirma a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2 jan. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pneepei/legislacao-e-atos-normativos>. . Acesso em: 14 ago. 2025.

BRASIL. *Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 14 ago. 2025.

CARVALHO, Ana Paula; MENDES, Lucas Henrique. *A inclusão de alunos com deficiência intelectual: desafios e possibilidades na escola regular*. Revista Educação e Fronteiras, v. 13, n. 38, 2024. Disponível em: <https://revista.ufms.br/index.php/ref/article/view/7890>. Acesso em: 14 ago. 2025.

FERREIRA, Andréa Bezerra; CÔRTEZ, Dayane Ferreira Amaral; OLIVEIRA, Flávia Michelle Ferreira; PEREIRA, Lígia Mara Ormond; MOTA, Maria José Nunes. *Inclusão escolar no Brasil: políticas públicas e desafios na Educação Especial*. Revista ISCI, 2024. Disponível em: <https://www.isciweb.com.br/revista/4252>. Acesso em: 14 ago. 2025.

INEP. *Censo Escolar da Educação Básica 2023 – Resumo Técnico*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024. Disponível em: <https://fazeduacao.com.br/educacao-especial-uma-analise-sobre-a-inclusao-escolar-no-brasil/>. Acesso em: 14 ago. 2025.

LOIOLA, Ane Ellen da Costa Sousa; SOUSA, Anayllen da Costa. *Educação inclusiva: uma revisão da literatura sobre práticas e desafios na inclusão de alunos com necessidades especiais*. Revista Digital UNICESUMAR, 2023. Disponível em: <https://rdu.unicesumar.edu.br/bitstream/123456789/10570/1/678124.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2025.

MAIA, Rosa María Araujo Peixoto; MARQUES, Joguebede Rufino; RIDOLFI, Luiz Fernando; WOLFART, Roseli Bernadete; GAMA, Ailana Patrícia Ribeiro da; FEITOSA, Francisco José Silva. *Educação especial, inclusão escolar e práticas pedagógicas inclusivas: o papel do professor no atendimento a estudantes com deficiência*. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 11, n. 6, 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/20000>. Acesso em: 14 ago. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2015.

MARTINS, Maurício Rebelo; RODRIGUES, Ariana Charlene. *Um olhar histórico sobre a educação inclusiva no Brasil: avanços e desafios*. Universidade Federal da Paraíba, 2023.

Disponível em:  
<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/33780/1/ARIANA%20CHARLENE%20RODRIGUES%202023%2001.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2025.

MELO, Fernanda Cristina de; SANTOS, Juliana Ribeiro dos. *Educação inclusiva e formação continuada de professores: uma revisão sistemática*. Revista Educação e Pesquisa, v. 50, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/8fJkLhYgPzYwKxZrFJwzZbYQ/>. Acesso em: 14 ago. 2025.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Documento Subsidiário à Política de Inclusão*. Brasília: MEC, 2023. Disponível em:  
<https://www.gov.br/mec/pt-br/publicacoes-secretarias/semesp/documento-subsidiario-a-politica-de-inclusao>. Acesso em: 14 ago. 2025.

PINTO, Rafaela Souza; OLIVEIRA, Thiago Henrique. *A escola inclusiva e os desafios da acessibilidade pedagógica*. Revista Cadernos de Educação, v. 22, n. 3, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/9876>. Acesso em: 14 ago. 2025.

SCIMAGO INSTITUTIONS RANKINGS. *Educação especial na perspectiva inclusiva: uma revisão pautada no direito de todos à educação*. Educ. rev., v. 40, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/PSzsBQhDNrRkQNkStgSsGbQ/>. Acesso em: 14 ago. 2025.

SILVA, Amanda Cristina; GOMES, Eduardo Luiz. *Educação especial na perspectiva inclusiva: práticas e desafios na rede pública de ensino*. Revista Educação em Debate, v. 45, n. 2, 2024. Disponível em:  
<https://revistas.uece.br/index.php/educacaodebate/article/view/6543>. Acesso em: 14 ago. 2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Anuário Brasileiro da Educação Básica 2024 – Capítulo 11: Educação Inclusiva*. São Paulo: Todos Pela Educação, 2024. Disponível em: <https://anuario.todospelaeducacao.org.br/capitulo-11-educacao-inclusiva.html>. Acesso em: 14 ago. 2025.

